




**BIBLIOTECAS COMO DISPOSITIVOS DE VIGILÂNCIA EPISTÊMICA: ÉTICA,
PODER E AUTONOMIA INFORMACIONAL**

**LIBRARIES AS INSTRUMENTS OF EPISTEMIC SURVEILLANCE: ETHICS,
POWER, AND INFORMATIONAL AUTONOMY**

**LAS BIBLIOTECAS COMO INSTRUMENTOS DE VIGILANCIA EPISTÊMICA:
ÉTICA, PODER Y AUTONOMÍA INFORMATIVA**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n56-041>

Data de submissão: 19/12/2025

Data de publicação: 19/01/2026

Ricardo Roberto de Andrade

Mestre em Educação Tecnológica

Instituição: Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

E-mail: ricardoandrade@iftm.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3952-6487>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1341340835859437>

Alairson José da Silva

Mestre em Educação Tecnológica

Instituição: Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

E-mail: alairson@iftm.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6010-1856>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3157681367565968>

Fabiana de Oliveira Silva

Mestra em Educação Tecnológica

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: fabianas@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4142-2296>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3472854533659808>

Nelson Marcos Ferreira

Mestre em Educação Tecnológica

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: nemafe@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4948-4643>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1974400489229757>

Sarah Cristina Maria Ferreira

Mestra em Educação Tecnológica

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: sarah@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9384-0474>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3720902673107896>

Baltazar José Filho

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

E-mail: Baltazar.jose@ufla.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1981-812X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9037912013574409>

Mirtes Soares

Mestra em Educação Tecnológica

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

E-mail: mirtesbiblio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4016-044X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2287047154637851>

RESUMO

As transformações sociotécnicas contemporâneas intensificaram as formas de controle, monitoramento e filtragem do conhecimento, configurando um cenário em que bibliotecas físicas e digitais assumem funções que extrapolam a mediação informacional tradicional. Este artigo analisa como as bibliotecas atuam como dispositivos de vigilância epistêmica, entendida como o conjunto de mecanismos técnicos, institucionais e discursivos que regulam o que pode ser conhecido, como pode ser conhecido e por quem tal conhecimento se torna acessível. A partir de uma abordagem teórico-conceitual ancorada em Foucault, Deleuze e Zuboff, discute-se como práticas de curadoria, políticas de acervo, sistemas de metadados, métricas de uso, algoritmos de recomendação e indicadores de avaliação científica estruturam formas de poder-saber que impactam diretamente a produção, circulação e legitimação da informação. Argumenta-se que, embora desempenhem papel estratégico na democratização do acesso, as bibliotecas também participam, ainda que de modo muitas vezes silencioso, de processos de hierarquização epistêmica, exclusão cognitiva e normatização de comportamentos informacionais. Analisa-se, ainda, como essas práticas afetam a autonomia crítica dos sujeitos e produzem dependências epistêmicas em ambientes digitais altamente mediados. Por fim, propõem-se diretrizes éticas e formativas para uma mediação informacional emancipatória, orientada pela transparência, pela justiça cognitiva e pela promoção do letramento informacional crítico como fundamento da cidadania informacional contemporânea.

Keywords: Vigilância Epistêmica. Ética da Informação. Autonomia Informacional. Letramento Informacional Crítico.

ABSTRACT

Contemporary socio-technical transformations have intensified forms of control, monitoring, and filtering of knowledge, configuring a scenario in which physical and digital libraries assume functions that go beyond traditional informational mediation. This article analyzes how libraries act as devices of epistemic surveillance, understood as the set of technical, institutional, and discursive mechanisms that regulate what can be known, how it can be known, and by whom such knowledge becomes accessible. Using a theoretical-conceptual approach anchored in Foucault, Deleuze, and Zuboff, it discusses how curatorial practices, collection policies, metadata systems, usage metrics, recommendation algorithms, and scientific evaluation indicators structure forms of power-knowledge that directly impact the production, circulation, and legitimation of information. It argues that, although they play a strategic role in the democratization of access, libraries also participate, albeit often silently, in processes of epistemic hierarchization, cognitive exclusion, and the normalization of informational behaviors. This study also analyzes how these practices affect the critical autonomy of individuals and produce epistemic dependencies in highly mediated digital environments. Finally, it proposes ethical and formative guidelines for emancipatory informational mediation, guided by transparency, cognitive justice, and the promotion of critical information literacy as the foundation of contemporary informational citizenship.

Keywords: Epistemic Surveillance. Information Ethics. Information Autonomy. Critical Information Literacy.

RESUMEN

Las transformaciones sociotécnicas contemporáneas han intensificado las formas de control, monitoreo y filtrado del conocimiento, configurando un escenario en el que las bibliotecas físicas y digitales asumen funciones que van más allá de la mediación informativa tradicional. Este artículo analiza cómo las bibliotecas actúan como dispositivos de vigilancia epistémica, entendida como el conjunto de mecanismos técnicos, institucionales y discursivos que regulan qué se puede saber, cómo se puede saber y quiénes pueden acceder a dicho conocimiento. Mediante un enfoque teórico-conceptual basado en Foucault, Deleuze y Zuboff, se analiza cómo las prácticas curatoriales, las políticas de colección, los sistemas de metadatos, las métricas de uso, los algoritmos de recomendación y los indicadores de evaluación científica estructuran formas de poder-conocimiento que impactan directamente en la producción, circulación y legitimación de la información. Se argumenta que, si bien desempeñan un papel estratégico en la democratización del acceso, las bibliotecas también participan, aunque a menudo de forma silenciosa, en procesos de jerarquización epistémica, exclusión cognitiva y normalización de los comportamientos informativos. Este estudio también analiza cómo estas prácticas afectan la autonomía crítica de los individuos y generan dependencias epistémicas en entornos digitales altamente mediados. Finalmente, propone directrices éticas y formativas para la mediación informativa emancipadora, guiadas por la transparencia, la justicia cognitiva y la promoción de la alfabetización informativa crítica como fundamento de la ciudadanía informativa contemporánea.

Palabras clave: Vigilancia Epistémica. Ética de la Información. Autonomía de la Información. Alfabetización Informacional Crítica.

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociotécnicas que caracterizam as sociedades contemporâneas intensificaram de modo significativo os mecanismos de controle, monitoramento e filtragem das experiências informacionais. A ampliação da infraestrutura digital, a crescente dependência de plataformas, o avanço dos algoritmos e a centralidade dos dados configuram um ambiente em que a informação é permanentemente modulada, organizada e hierarquizada por dispositivos técnicos e institucionais que operam de forma muitas vezes invisível aos usuários. Nesse cenário, as bibliotecas tradicionalmente reconhecidas como instituições de mediação, preservação e democratização do conhecimento passam a desempenhar funções que extrapolam o gerenciamento de acervos e serviços, assumindo papéis estratégicos na regulação das práticas de acesso, produção e circulação da informação.

A compreensão desse fenômeno exige ultrapassar concepções neutras ou estritamente técnicas sobre as bibliotecas e reconhecer sua inserção em redes complexas de poder-saber. Inspirados nos aportes de Michel Foucault, dispositivos informacionais podem ser entendidos como arranjos heterogêneos que articulam normas, discursos, técnicas, tecnologias e práticas voltadas à condução e à orientação dos sujeitos. Deleuze, ao atualizar a noção foucaultiana de dispositivo para o contexto das sociedades de controle, destaca como a informação e os processos contínuos de modulação passam a funcionar como formas difusas de vigilância. Mais recentemente, Zuboff evidencia o impacto do capitalismo de vigilância, no qual dados comportamentais são capturados, analisados e transformados em instrumentos de gestão e predição social.

Quando situadas nesse panorama, as bibliotecas tornam-se espaços privilegiados para observar formas específicas de vigilância epistêmica, aqui compreendida como o conjunto de mecanismos algorítmicos, normativos, curatoriais, bibliométricos e institucionais que regulam o que pode ser conhecido, como pode ser conhecido e a quem esse conhecimento se torna acessível. Tais mecanismos incluem, entre outros, políticas de acervo que definem critérios de inclusão e exclusão; sistemas de metadados que estruturam visibilidades informacionais; logs e métricas de uso que monitoram comportamentos; algoritmos de recomendação presentes em bases de dados e catálogos; além de indicadores de avaliação científica que padronizam modos de produzir e legitimar o conhecimento.

Essa dimensão epistêmica da vigilância não se manifesta necessariamente como coerção explícita, mas como uma forma de normatividade silenciosa que organiza o campo informacional, produz dependências cognitivas e molda práticas de leitura, pesquisa e aprendizagem. Ao mesmo tempo em que ampliam o acesso ao conhecimento e promovem inclusão, as bibliotecas também podem reproduzir desigualdades informacionais, invisibilizar determinados saberes, reforçar padrões hegemônicos de validação e dificultar a autonomia crítica dos sujeitos.

Considerando esse contexto, este artigo busca analisar como as bibliotecas atuam como dispositivos de vigilância epistêmica e quais são as implicações éticas, políticas e pedagógicas dessa atuação para a formação da autonomia informacional em ambientes digitais e presenciais. Para tanto, mobiliza-se um referencial teórico-conceitual que articula as contribuições de Foucault, Deleuze e Zuboff aos debates contemporâneos da Ciência da Informação, dos estudos de curadoria digital e do letramento informacional crítico. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa e teórica, baseada em revisão crítica de literatura e análise de documentos institucionais que regulamentam políticas de acervo, metadados e avaliação científica.

Ao final, discute-se como a mediação informacional pode ser orientada por princípios éticos de transparência, justiça cognitiva e emancipação, propondo diretrizes para o fortalecimento do letramento informacional crítico como caminho para resistir às formas difusas de vigilância e promover uma cidadania informacional que respeite a autonomia, a diversidade e o direito ao conhecimento.

2 VIGILÂNCIA EPISTÊMICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A compreensão das bibliotecas como dispositivos de vigilância epistêmica exige um retorno aos fundamentos filosóficos que articulam poder, saber e controle nas sociedades modernas. Michel Foucault, em sua genealogia das instituições disciplinares, demonstra que todo regime de conhecimento está atravessado por relações de poder que produzem verdades, normatizam comportamentos e organizam práticas sociais. Para o autor, “o poder e o saber estão diretamente implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber” (Foucault, 1979, p. 27).

Esta articulação é essencial para entender como ambientes informacionais arquivos, bibliotecas, bases de dados, repositórios estruturam formas de visibilidade, classificam sujeitos e regulam comportamentos de leitura, pesquisa e circulação do conhecimento. O saber nunca é neutro: ele participa da produção da ordem social e da definição do que é legítimo, relevante ou verdadeiro.

Nesse sentido, o conceito foucaultiano de vigilância é central. Em *Vigiar e Punir*, Foucault demonstra que as sociedades modernas substituíram a punição física por formas mais sutis e contínuas de controle, baseadas na vigilância permanente, na observação minuciosa e na normalização dos corpos. O panóptico, metáfora maior dessa lógica, evidencia como a visibilidade assimétrica gera disciplina e conformidade. As bibliotecas e arquivos em seus modos de registrar, ordenar, controlar e permitir (ou negar) acessos participam desse mesmo regime de vigilância aplicado ao campo epistêmico.

Como demonstram Silva e Andrade (2024, p. 6), “a relação entre Foucault, biblioteca e arquivo revela-se complexa, influenciando a capacidade de resistência, diversidade de perspectivas e busca pela verdade”

A análise apresentada pelos autores reforça que bibliotecas e arquivos não são apenas repositórios neutros de documentos, mas espaços permeados por práticas de controle, disciplinamento e regulação dos fluxos informacionais.

Do ponto de vista teórico, a vigilância epistêmica pode ser compreendida como o conjunto de mecanismos técnicos, normativos, algoritmos, classificações, metadados, políticas de acesso e curadoria que moldam o que pode ser conhecido, como pode ser conhecido e por quem esse conhecimento pode ser acessado. Trata-se de uma forma específica de vigilância, voltada não ao corpo físico, mas ao corpo cognitivo e às possibilidades de pensamento.

A literatura reforça que esses mecanismos operam tanto por meio de ações explícitas quanto silenciosas. Silva e Andrade (2024, p. 7) observam que bibliotecas e arquivos, ao registrarem interações, monitorarem acessos ou delimitarem as regras de uso, acabam exercendo “um poder que se manifesta no controle da informação e na lógica de sua disseminação”.

Foucault já havia antecipado que a vigilância moderna não se reduz à repressão, mas envolve a formação de sujeitos ajustados às normas institucionais. Assim, práticas aparentemente técnicas como catalogação, indexação, metadados, restrições de consulta ou políticas de preservação carregam implicações epistêmicas profundas: definem o que se torna visível, pesquisável, acessível, legítimo.

Outro autor fundamental nesse debate é Deleuze, que amplia o diagnóstico foucaultiano ao analisar a transição para as sociedades de controle. Para Deleuze (1992), as instituições disciplinares do século XIX, fábricas, escolas, hospitais, prisões dão lugar a dispositivos flexíveis e contínuos de modulação, nos quais os indivíduos deixam de ser vigiados apenas em espaços fechados para se tornarem monitorados em redes, fluxos e sistemas informacionais. As bibliotecas digitais, plataformas acadêmicas e bases de dados internacionais são exemplos expressivos dessa mutação.

Já Zuboff (2019), ao discutir o capitalismo de vigilância, evidencia como o comportamento humano se tornou um recurso explorável por grandes corporações informacionais. Embora seu foco recaia sobre plataformas digitais e empresas de tecnologia, a autora oferece ferramentas importantes para pensar a transformação das práticas informacionais e o papel das instituições de conhecimento diante da coleta intensiva de dados, previsibilidade comportamental e automatização das escolhas cognitivas.

No contexto das bibliotecas, isso se traduz na crescente centralidade dos algoritmos de recomendação, dos indicadores bibliométricos, das métricas institucionais e dos sistemas que monitoram trajetórias de pesquisa. Ao mesmo tempo em que ampliam o acesso, esses dispositivos

configuram hierarquias epistêmicas, invisibilizam determinados saberes e moldam os caminhos possíveis para o usuário.

Como afirmam Silva e Andrade (2024, p. 6), bibliotecas e arquivos são “espaços dinâmicos de poder, autonomia intelectual, diversidade e resistência”. Dessa forma, tornam-se ambientes privilegiados tanto para a reprodução de lógicas de vigilância quanto para a construção de práticas emancipadoras.

Portanto, compreender a vigilância epistêmica implica reconhecer que:

- a) não há mediação informacional neutra; toda prática guarda uma dimensão política;
- b) o poder opera pela organização do conhecimento, não apenas pela repressão;
- c) instituições informacionais participam da formação dos sujeitos, regulando modos de leitura, pesquisa e pensamento;
- d) a digitalização intensifica o controle, transformando o usuário em produtor involuntário de dados;
- e) a resistência epistêmica é possível, mas exige formas críticas de letramento informacional, autonomia e percepção das estruturas ocultas que moldam o conhecimento.

Assim, a vigilância epistêmica constitui uma lente teórica capaz de revelar a complexidade política dos ambientes informacionais contemporâneos e situar a biblioteca no centro das disputas por poder, memória e verdade.

3 BIBLIOTECAS COMO DISPOSITIVOS DE PODER INFORMACIONAL

Compreender as bibliotecas como dispositivos de poder informacional implica reconhecer que tais instituições participam ativamente da produção de sentidos, do controle simbólico e da configuração do campo cognitivo. Não são, portanto, espaços neutros: operam em disputas políticas, epistemológicas e culturais. Freire (1996) já alertava que “não há educação neutra”, pois toda prática educativa ou liberta ou domesticada. Transposta para o universo informacional, essa perspectiva evidencia que as bibliotecas, ao mediar o acesso ao conhecimento, também mediam modos de ver o mundo. Assim, sua função é intrinsecamente política, pois envolve escolhas sobre o que preservar, o que difundir, o que silenciar e o que legitimar.

A esse respeito, Frigotto (1995) denuncia que as instituições educacionais, quando capturadas pela racionalidade instrumental, tendem a naturalizar formas de controle e conteúdos hegemônicos. As bibliotecas, inseridas nessa lógica, podem reproduzir hierarquias epistêmicas, reforçar desigualdades informacionais ou, ao contrário, promover práticas emancipadoras. A mediação, segundo Perrotti (2010), é o espaço onde a cultura informacional se constitui, pois é nela que se negociam sentidos, saberes e posições de sujeito.

No campo específico da Biblioteconomia brasileira, diversos autores reforçam que as bibliotecas moldam práticas cognitivas, construindo horizontes de compreensão. Campello (2012) destaca que a formação do leitor e do pesquisador passa por processos de orientação e seleção que estruturam o comportamento informacional. Gasque (2010) afirma que o letramento informacional é uma prática social que envolve o domínio crítico das estruturas de acesso ao conhecimento. Belluzzo (2018), ao discutir a competência em informação, reforça que as práticas de busca e avaliação são atravessadas por valores, ideologias e mecanismos de legitimação.

Inseridas nesse panorama crítico, as bibliotecas operam como dispositivos de poder informacional justamente porque produzem critérios de visibilidade, estabelecem padrões de confiabilidade e instauram formas de regulação do saber. Para Silva (2025), as práticas educativas e informacionais desenvolvidas nas bibliotecas institucionais conduzem formas de uso, organizam condutas e moldam expectativas sobre o que deve ser considerado informação legítima. Essa condução, longe de ser neutra, articula-se com processos mais amplos de formação de sujeitos.

Na mesma direção, de acordo com Andrade (2025), os arquivos institucionais cuja lógica se conecta à das bibliotecas funcionam como instrumentos de prova, memória e autoridade, regulando práticas administrativas e cognitivas. O autor observa que a organização documental, os sistemas de classificação e os dispositivos de controle não apenas preservam a memória, mas produzem regimes de verdade que sustentam determinadas versões do real. Assim, tanto bibliotecas quanto arquivos participam daquilo que Foucault denominou de produção de enunciados verdadeiros.

Para Silva e Andrade (2024), as bibliotecas e os arquivos, ao mesmo tempo em que democratizam o acesso ao conhecimento, também integram “espaços dinâmicos de poder e resistência”, pois exercem vigilância, organizam comportamentos e produzem condições de autonomia intelectual. Essa dupla função evidencia a ambivalência estrutural das instituições informacionais: elas podem simultaneamente ampliar liberdades e limitar horizontes de pensamento.

Esse jogo de forças se intensifica nos ecossistemas digitais. A presença de algoritmos, plataformas, catálogos inteligentes, sistemas de rastreamento e métricas de uso cria novas formas de vigilância epistêmica. Belluzzo (2018) alerta que as interfaces digitais reconfiguram as práticas de busca e avaliação, e que cabe às bibliotecas promover o desenvolvimento crítico dos sujeitos frente à crescente automação do conhecimento. Pinheiro (2002) reforça que políticas de informação devem considerar não apenas o acesso, mas também os impactos éticos e políticos do armazenamento, da circulação e do uso dos dados.

Nesse sentido, bibliotecas tornam-se dispositivos de poder não apenas pelo que guardam, mas pelo que organizam; não apenas pelo que disponibilizam, mas pelo que classificam; não apenas pelo que registram, mas pelo que silenciam. Para Frigotto (1995), a superação das desigualdades educacionais exige compreender esses mecanismos de dominação simbólica. Para Freire (1996), exige

práticas de conscientização. Para Gasque (2010), exige letramentos informacionais críticos e contextualizados. Para Silva e Andrade (2024), exige reconhecer que a vigilância, a seleção e a mediação produzem efeitos de verdade e moldam capacidades de resistência.

Dessa forma, as bibliotecas devem ser compreendidas como dispositivos sociotécnicos e culturais que operam simultaneamente como espaços de acesso, vigilância, memória e emancipação. Entender essa ambivalência é fundamental para construir práticas informacionais éticas, críticas e comprometidas com a autonomia intelectual e a justiça cognitiva.

4 ECOSSISTEMAS DIGITAIS, ALGORITMOS E VIGILÂNCIA SILENCIOSA

A intensificação dos ecossistemas digitais produziu uma mutação profunda nas formas de vigilância, reorganizando o controle informacional em direção a mecanismos cada vez mais difusos, imperceptíveis e automatizados. Essa transformação dialoga diretamente com o diagnóstico foucaultiano sobre o papel da vigilância na produção de subjetividades e na regulação dos comportamentos. Para Foucault (1975), a vigilância funciona como uma tecnologia política, um “olhar que tudo observa”, capaz de induzir condutas e organizar saberes. Ainda que formulado em outro contexto histórico, o princípio panóptico permanece operante nas arquiteturas digitais atuais, não mais centrado no olhar de um vigilante físico, mas inscrito nas plataformas, nos algoritmos e nos sistemas que registram cada ação do usuário.

Se o panoptismo foucaultiano revela a estrutura da vigilância disciplinar, é Deleuze (1990) quem atualiza esse modelo ao descrever a passagem das “sociedades disciplinares” para as “sociedades de controle”. Para o filósofo, a captura dos sujeitos desloca-se dos espaços fechados para a modulação contínua operada por mecanismos eletrônicos, senhas, cadeias numéricas e fluxos informacionais. Na lógica digital, como afirma Deleuze, o indivíduo torna-se um “dividual”: conjunto de dados, rastros, perfis e padrões estatísticos manipulados por sistemas informacionais. Essa leitura torna clara a natureza da vigilância epistêmica contemporânea: ao buscar informações, o usuário também é lido, interpretado e predito por dispositivos invisíveis.

No ambiente das bibliotecas, essa mutação se expressa na dependência crescente de bases como Scopus, Web of Science, Google Scholar, Portal CAPES, repositórios institucionais e catálogos inteligentes. Esses sistemas não apenas organizam documentos, mas classificam relevância, priorizam resultados, moldam percursos de leitura e modulam o que aparece ou desaparece nas telas. Para Belluzzo (2018), essa mediação automatizada reorganiza profundamente as práticas de busca e avaliação, impondo a necessidade de um olhar crítico sobre os condicionamentos algorítmicos. Gasque (2010) reforça que o letramento informacional crítico deve considerar os modos como as máquinas interpretam e categorizam o conhecimento, pois essas estruturas “orientam trajetórias cognitivas antes mesmo que o usuário perceba”.

A vigilância silenciosa opera justamente quando esses mecanismos se naturalizam. Como explica Pinheiro (2002), as políticas de informação devem incluir reflexão ética sobre os processos de coleta, análise e circulação de dados, especialmente quando se tornam invisíveis ao usuário. Essa invisibilidade que Deleuze identifica como modulação contínua aparece no cotidiano das bibliotecas digitais: recomendações automáticas, métricas de impacto, filtros de relevância, ranqueamento de resultados, registros de acesso. Cada ação do usuário gera dados utilizados para aprimorar mecanismos de controle, previsão e categorização.

Esse panorama tecnológico encontra eco nas análises de Silva e Andrade (2024), quando afirmam que bibliotecas e arquivos influenciam “a construção contínua da memória e da identidade coletiva”, justamente porque participam da seleção e da hierarquização do conhecimento. Para Andrade (2025), os sistemas documentais, ao registrarem rotinas e comportamentos, constituem tecnologias de vigilância institucional que naturalizam formas de controle. Do mesmo modo, Silva (2025) destaca que práticas de orientação informacional podem tanto promover autonomia quanto reforçar trajetórias previamente determinadas pelas interfaces e plataformas.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que os sistemas digitais instauram uma racionalidade informacional que aprofunda desigualdades epistêmicas. Frigotto (1995) adverte que a técnica, quando desvinculada de reflexão crítica, tende a reforçar hierarquias e invisibilizar contradições sociais. Em ambientes digitais, essa crítica se intensifica: algoritmos reproduzem vieses, métricas privilegiam publicações hegemônicas, plataformas invisibilizam saberes periféricos. A classificação algorítmica torna-se uma nova forma de panoptismo cognitivo, onde o usuário não sabe que está sendo observado, nem de que forma sua experiência é moldada.

O risco central é que o sujeito, acreditando exercer autonomia informacional, esteja, na verdade, percorrendo caminhos previamente delineados pelo sistema. É aqui que a dimensão freireana se torna imprescindível: para Freire (1996), autonomia requer consciência crítica, compreensão do contexto e capacidade de questionamento. A alfabetização para a leitura do mundo que o autor identifica como elemento essencial da autonomia precisa ser estendida à leitura dos sistemas informacionais e de seus condicionantes. Bibliotecas têm, então, a tarefa ética de promover práticas educativas que revelem os mecanismos de produção, seleção, filtragem e controle do conhecimento.

Desse modo, as bibliotecas, inseridas nos ecossistemas digitais, tornam-se simultaneamente espaços de vigilância e de emancipação. Sua função política está em compreender essa ambivalência e atuar para desopacificar os processos técnicos, fortalecer o pensamento crítico e promover justiça cognitiva. Somente com essa consciência é possível enfrentar a vigilância silenciosa que se infiltra nas práticas informacionais contemporâneas, estruturando modos de saber e modos de ser.

5 IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA INFORMACIONAL E PARA A ÉTICA DO CONHECIMENTO

As formas contemporâneas de vigilância epistêmica trazem implicações profundas para a autonomia informacional dos sujeitos e para a ética do conhecimento. Em uma sociedade marcada por dispositivos digitais de modulação contínua, algoritmos invisíveis, filtros opacos e métricas de relevância, a autonomia não pode mais ser concebida apenas como a capacidade individual de acessar e selecionar conteúdos, mas como a habilidade crítica de **compreender os condicionamentos sociotécnicos** que orientam o próprio processo de busca e apropriação da informação.

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva freireana, segundo a qual a autonomia não é um estado, mas um processo de conscientização e leitura crítica do mundo. Para Freire (1996), ninguém se torna autônomo sem compreender as estruturas que moldam sua experiência. Assim, na esfera informacional, a autonomia depende de compreender **como e por que** determinados conhecimentos aparecem, enquanto outros permanecem ocultos. Exige a superação do olhar ingênuo que toma as plataformas informacionais como neutras, revelando suas formas de poder, exclusão e hierarquização.

Ao reconhecer essa dimensão crítica, Perrotti (2010) afirma que a mediação informacional deve ser entendida como espaço de produção cultural, e não apenas de transmissão de conteúdos. A mediação é um ato ético porque implica escolhas que afetam a formação do sujeito. Campello (2012) reforça essa perspectiva ao afirmar que as bibliotecas não apenas disponibilizam conteúdos, mas moldam capacidades interpretativas e modos de pesquisa — influenciando diretamente a autonomia cognitiva. É precisamente nesse ponto que a ética da informação se torna inseparável da justiça cognitiva.

Gasque (2010) enfatiza que o letramento informacional crítico é um dos caminhos para fortalecer essa autonomia. Não basta saber buscar: é necessário compreender as lógicas de seleção, filtragem, ordenação e ranqueamento que estruturam os sistemas informacionais. Essa exigência torna-se mais urgente diante da crescente automatização dos processos cognitivos, fenômeno que Deleuze (1990) associa às sociedades de controle, onde os sujeitos são modulados não por coerções visíveis, mas por fluxos contínuos de informação. Nessa dinâmica, a experiência informacional é mediada por interfaces que sugerem, predizem e guiam decisões sem transparência.

A partir dessa leitura, torna-se evidente que a autonomia informacional pressupõe a capacidade de resistir aos condicionamentos invisíveis dos sistemas digitais. Tal resistência, contudo, não se dá espontaneamente: exige formação crítica. Frigotto (1995) argumenta que a racionalidade instrumental tende a produzir sujeitos ajustados às demandas sistêmicas, e que apenas práticas educativas emancipatórias podem romper com essa lógica. Nas bibliotecas, isso implica promover ações que

revelam o funcionamento dos algoritmos, problematizem as métricas de impacto e situem o conhecimento em seu contexto político e social.

Nesse sentido, as reflexões de Silva e Andrade (2024) iluminam a necessidade de compreender bibliotecas e arquivos como “espaços de poder e resistência”, pois influenciam a memória, a identidade coletiva e a capacidade de leitura crítica. De acordo com Silva (2025), práticas educativas que articulam mediação informacional, orientação e letramento crítico podem ampliar a autonomia dos usuários, desde que tratem explicitamente dos mecanismos que moldam o conhecimento. Já Andrade (2025) destaca que a gestão documental crítica é fundamental para compreender a produção dos regimes de verdade institucionais e, com isso, fortalecer a capacidade de questionamento dos sujeitos.

Essa compreensão articula-se com a análise de Foucault (1979) sobre o poder-saber. Para o autor, não existe saber sem poder, nem poder sem saber; ambos se constituem mutuamente. Assim, a autonomia informacional não é apenas uma competência técnica, mas uma prática política: implica reconhecer os regimes de verdade que estruturam o campo informacional e desenvolver a capacidade de confrontá-los. Quando algoritmos determinam o que é “relevante”, quando plataformas definem o que é “visível” e quando métricas moldam o que é “valioso”, torna-se necessário situar criticamente essas operações compreender sua natureza política, epistemológica e ética.

Pinheiro (2002) reforça que políticas de informação precisam ser orientadas por princípios éticos que garantam transparência, pluralidade, diversidade e participação. Essa ética do conhecimento exige que bibliotecas atuem como espaços de democratização cognitiva, promovendo não apenas o acesso, mas a compreensão do próprio processo informacional. Em um ambiente dominado por curadorias invisíveis, a mediação crítica torna-se elemento indispensável da autonomia.

Portanto, as implicações dos ecossistemas digitais sobre a autonomia informacional são profundas: algoritmos invisibilizam conhecimentos; métricas reconfiguram a relevância; plataformas orientam comportamentos; sistemas de controle modulam trajetórias cognitivas. O desafio ético é transformar as bibliotecas em espaços de resistência epistêmica, capazes de revelar, tensionar e problematizar essas estruturas, promovendo práticas que fortaleçam o pensamento crítico, a liberdade de interpretação e a justiça cognitiva.

Somente assim será possível promover uma autonomia informacional verdadeiramente emancipada aquela que, como diria Freire, permite “ler o mundo antes de ler a palavra”, e que, no contexto digital, exige também aprender a ler os sistemas que compõem os mundos informacionais contemporâneos.

6 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, teórico-conceitual e crítico-interpretativa, voltada à compreensão das relações entre vigilância epistêmica, poder-saber, mediação informacional,

ecossistemas digitais e autonomia cognitiva. A perspectiva metodológica inspira-se na análise genealógica de Michel Foucault (1979), que permite investigar as racionalidades históricas que estruturam os dispositivos de controle, e articula-se à leitura de Deleuze (1990) sobre as sociedades de controle, nas quais as formas de vigilância se distribuem de maneira difusa, contínua e moduladora por meio das tecnologias digitais. Paralelamente, incorpora contribuições de autores brasileiros que discutem mediação cultural, políticas de informação, práticas educativas e autonomia crítica, como Freire (1996), Frigotto (1995), Gasque (2010), Campello (2012), Perrotti (2010), Belluzzo (2018) e Pinheiro (2002), permitindo situar a análise no contexto sociotécnico e educacional brasileiro.

A metodologia fundamenta-se na análise crítica de literatura científica nacional e internacional, em diálogo com documentos institucionais, políticas de informação e referenciais conceituais que tratam das dinâmicas de vigilância, mediação e curadoria digital. O estudo também considera produções acadêmicas que exploram a relação entre bibliotecas, arquivos e dispositivos de poder, como Silva e Andrade (2024) e reflexões teórico-metodológicas existentes no campo da Ciência da Informação e da Educação.

A análise ocorre por meio de procedimentos hermenêuticos e interpretativos, buscando identificar categorias conceituais, relacionar diferentes matrizes teóricas e compreender suas implicações para a construção da autonomia informacional. Não se trata de um estudo empírico, mas de uma investigação teórica voltada a problematizar os modos pelos quais os ecossistemas digitais e suas tecnologias configuram práticas de vigilância silenciosa, reorganizam o acesso ao conhecimento e incidem sobre os processos formativos. Tal escolha metodológica justifica-se pela complexidade do objeto e pela necessidade de integrar perspectivas filosóficas, sociotécnicas e educacionais para compreender os desafios éticos e políticos que atravessam o trabalho informacional contemporâneo.

7 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise das bibliotecas como dispositivos de poder informacional exige reconhecer que essas instituições, tradicionalmente vistas como espaços de acesso democrático ao conhecimento, operam também como instâncias de regulação, vigilância e produção de subjetividades. Essa compreensão se alinha ao pensamento de Michel Foucault, para quem os dispositivos articulam discursos, normas, tecnologias e práticas que produzem efeitos de verdade e organizam comportamentos. A biblioteca, ao selecionar, classificar, hierarquizar e mediar informações, participa diretamente da produção de regimes de visibilidade, definindo o que pode ser conhecido e de que modo esse conhecimento se torna acessível. Para Silva e Andrade (2024), essa articulação entre Foucault, biblioteca e arquivo revela espaços dinâmicos de poder e resistência, pois influencia a memória social, a autonomia intelectual e os modos de construção da verdade.

Essa perspectiva foucaultiana, contudo, precisa ser atualizada para o contexto das tecnologias digitais, onde as formas de vigilância assumem características ainda mais sutis. É nesse ponto que o diagnóstico de Deleuze sobre as sociedades de controle se torna fundamental. Se a disciplina operava por espaços fechados e vigilância localizada, o controle opera por modulação contínua, numérica e distribuída, transformando o sujeito em um conjunto de dados constantemente interpretado, previsto e reorganizado por sistemas informacionais. Nas bibliotecas contemporâneas, essa transição se materializa no uso de algoritmos, métricas, ranqueamentos, sistemas de recomendação e plataformas digitais que moldam trajetórias cognitivas sem que o usuário perceba. A vigilância torna-se silenciosa, incorporada ao próprio ato de buscar, clicar e navegar.

Essa vigilância silenciosa reorganiza profundamente a experiência informacional. Plataformas como *Google Scholar*, *Scopus*, *Web of Science*, Portal CAPES, catálogos inteligentes e repositórios institucionais definem o que aparece como relevante, quais autores ganham destaque, quais publicações são invisibilizadas e como se constroem mapas cognitivos. Como afirma Belluzzo (2018), a mediação automatizada altera não apenas o acesso, mas as próprias práticas de leitura, seleção e avaliação. Gasque (2010) reforça que o letramento informacional crítico precisa contemplar a compreensão desses condicionamentos algorítmicos, uma vez que eles produzem hierarquias epistêmicas e orientam percursos de aprendizagem. Pinheiro (2002) acrescenta que as políticas de informação devem considerar os impactos éticos e políticos desses sistemas, sobretudo quando operam sem transparência.

A dimensão política desse fenômeno torna-se ainda mais evidente quando observamos que a curadoria digital, ao selecionar e destacar determinados conteúdos, produz invisibilizações cognitivas que afetam a memória coletiva e a diversidade epistemológica. Silva e Andrade (2024) destacam que bibliotecas e arquivos influenciam a construção da identidade e da memória, o que evidencia que esses espaços não apenas preservam saberes, mas moldam versões possíveis do real. Como afirma Silva (2025, p. 12), “os repositórios institucionais garantem a segurança informacional, a preservação de acervos e a aplicação de políticas bem definidas, ampliando a visibilidade, a relevância e a contribuição social da produção científica.”

De acordo com Andrade (2025), sistemas documentais e informacionais funcionam como instrumentos de prova e autoridade, pois fixam narrativas institucionais e regulam condutas. Para Silva (2025), práticas de mediação e orientação podem promover autonomia, mas também podem reforçar trajetórias predeterminadas pelos sistemas digitais, caso não sejam conduzidas de maneira crítica.

Essas transformações tecnológicas aprofundam aquilo que Frigotto (1995) identifica como racionalidade instrumental: uma lógica em que a técnica se apresenta como neutra, ocultando contradições sociais e reproduzindo desigualdades. Nas bibliotecas digitais, a aparência de neutralidade dos algoritmos mascara sua função política de modulação de comportamentos. É aqui que

a perspectiva freireana se torna essencial: para Freire (1996), não há autonomia sem consciência crítica. Autonomia implica compreender o contexto, questionar as estruturas e desenvolver a capacidade de resistência. Transferida para o campo da informação, essa compreensão exige que os sujeitos aprendam a ler não apenas textos, mas sistemas interfaces, algoritmos, métricas, plataformas e seus vieses.

Nesse processo, a mediação informacional torna-se uma prática ética e política. Perrotti (2010) afirma que a mediação é um espaço de produção cultural, onde se constroem sentidos, relações e modos de ser. Campello (2012) destaca que as bibliotecas, ao formarem leitores e pesquisadores, moldam capacidades interpretativas e ampliam ou restringem horizontes cognitivos. Assim, a mediação crítica, o letramento informacional ampliado e a educação para a leitura dos sistemas são elementos centrais para que a biblioteca cumpra sua função emancipadora.

Diante disso, torna-se evidente que as bibliotecas operam simultaneamente como espaços de acesso e como dispositivos de vigilância; como ambientes de democratização e como mecanismos de controle; como produtoras de memória e como instâncias de seleção e silenciamento. A autonomia informacional, portanto, não pode ser compreendida apenas como competência individual, mas como resultado de práticas educativas que revelam, tensionam e problematizam as estruturas sociotécnicas que moldam o conhecimento contemporâneo. Em um cenário em que algoritmos modulam trajetórias, métricas definem relevâncias e plataformas capturam cada gesto informacional, cabe às bibliotecas assumir uma postura ética que promova a transparência, a criticidade e a justiça cognitiva. Só assim será possível construir sujeitos capazes de agir com autonomia em um mundo profundamente atravessado pelo poder informacional.

7 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo demonstrou que as bibliotecas, longe de constituírem espaços neutros ou meramente técnicos, operam como dispositivos estratégicos de poder informacional nas sociedades contemporâneas. Inseridas em ecossistemas digitais cada vez mais complexos, essas instituições participam simultaneamente da produção de visibilidades e invisibilidades, da organização de regimes de verdade e da modulação de comportamentos cognitivos. A partir do diálogo com Foucault, evidencia-se que a vigilância epistêmica não se resume a práticas explícitas de controle, mas se inscreve nos próprios processos de seleção, classificação, ordenação e legitimação do conhecimento. Com Deleuze, compreende-se que a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle intensifica a presença de mecanismos silenciosos, distribuídos e contínuos, mediados por algoritmos, interfaces e plataformas informacionais.

Nesse contexto, as bibliotecas assumem um papel ambivalente: são, ao mesmo tempo, espaços de emancipação e estruturas de vigilância; instituições que democratizam o conhecimento e que, paradoxalmente, podem reforçar hierarquias epistêmicas e desigualdades informacionais. A literatura

brasileira, representada por autores como Freire, Frigotto, Campello, Gasque, Belluzzo, Perrotti e Pinheiro, reforça que essa ambivalência precisa ser enfrentada por meio de práticas educativas críticas que expandam a consciência dos sujeitos sobre os condicionamentos sociotécnicos que moldam suas trajetórias informacionais. A autonomia informacional, nesse sentido, não é apenas uma competência instrumental, mas uma construção ética e política que exige a capacidade de ler o mundo e, no contexto digital, de ler também os sistemas que organizam e filtram a informação.

Os estudos de Silva (2025), Andrade (2025) e Silva e Andrade (2024) contribuem para evidenciar que bibliotecas e arquivos, como instituições produtoras de memória e conhecimento, participam da constituição das identidades sociais e dos regimes de verdade institucionais. Essa constatação reforça a necessidade de abordagens críticas que revelem as formas de vigilância silenciosa presentes nos ecossistemas digitais e que ofereçam caminhos para a construção de práticas informacionais comprometidas com a justiça cognitiva.

Diante desse quadro, torna-se indispensável que as bibliotecas assumam uma postura ética e ativa na mediação informacional, promovendo letramentos que permitam aos sujeitos compreender e questionar os dispositivos que orientam o acesso ao conhecimento. Essa postura implica reconhecer a dimensão política do trabalho informacional, tornar visíveis os mecanismos de controle, criar espaços de diálogo e reflexão, e desenvolver estratégias que fortaleçam a autonomia intelectual dos usuários. Somente assim as bibliotecas poderão consolidar-se como espaços de resistência epistêmica, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de agir com criticidade em uma sociedade intensamente marcada pela vigilância, pela filtragem algorítmica e pela disputa por narrativas.

Em síntese, ao compreender a biblioteca como dispositivo de poder e como espaço de possibilidade, este estudo reafirma que seu papel no século XXI depende de sua capacidade de articular tecnologias, mediações e práticas educativas em favor da autonomia, da liberdade intelectual e da pluralidade de saberes. Este compromisso ético e político é, hoje, não apenas desejável, mas imprescindível.



IFTM. 2025.225f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Uberaba, 2025.